

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE

[alínea a), do n.º 1, do art.º 20 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação]

“BS202475 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLO DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA, DESRAMAÇÕES, PODAS DE FORMAÇÃO E REDUÇÃO DE DENSIDADES EM POVOAMENTO JOVEM, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA PDR 2020-8.1.3-FEADER-102548”

PROGRAMA DO CONCURSO

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

1.1. O presente programa do concurso tem como objetivo principal a aquisição serviços para controlo da vegetação espontânea, desramações, podas de formação e redução de densidades em povoamento jovem, no âmbito da candidatura “PDR 2020-8.1.3-FEADER-102548 Instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível”.

1.2. Foram constituídos 2 (dois) lotes, com correspondência a cada uma das seguintes áreas de intervenção:

- a) Lote 1 – Vouzela Oeste;
- b) Lote 2 – Vouzela Este.

1.3. A tramitação do procedimento realiza-se através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o **Município de Vouzela**, pessoa coletiva de direito público com o número 506770664 , com sede na Alameda D Duarte de Almeida – 3670 250 Vouzela, com o número de telefone 232740740 e fax 232771513 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-vouzela.pt.

3. ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que tomou a decisão de contratar foi a Câmara Municipal de Vouzela, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e o n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A adoção do procedimento de CONCURSO PÚBLICO com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), foi feita tendo por base o valor do contrato a celebrar, nos termos do estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

5. JÚRI DO PROCEDIMENTO

O procedimento é conduzido por um júri nos termos do n.º 1, do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, ao qual compete realizar as operações a que se refere o art.º 69.º do referido código.

6. ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1) O órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso é o júri do procedimento nos termos do n.º 1, do art.º 67.º e n.º 2, do art.º 69.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

6.2. Nos termos do n.º 2, do art.º 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

6.3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso podem ser solicitados pelos concorrentes, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov (www.acingov.pt).

6.4. O júri responderá por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica sendo que, a falta de resposta até essa data, determina a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por período equivalente ao do atraso verificado.

6.5. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores serão disponibilizados na referida plataforma de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

6.6. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência, sendo notificados todos os interessados.

6.7. A lista com os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, notificando todos os interessados desse facto.

7. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Quando as retificações referidas no art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos nos termos do disposto no art.º 61.º do mesmo código implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

7.2. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificados todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 130.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

8. ESCLARECIMENTO E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS E CANDIDATURAS

8.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

8.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

8.3. O júri solicita aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

9. AGRUPAMENTOS

9.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas nos termos do art.º 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação..

9.2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

9.3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9.4. No caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento de concorrentes, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em *consórcio externo*, em *regime de responsabilidade solidária*, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do art.º 14º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

10. PROPOSTA

- 10.1. Quaisquer encargos relativos à elaboração e apresentação da proposta constituem encargos dos concorrentes.
- 10.2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 10.3. Os preços unitários serão arredondados até à terceira casa decimal.
- 10.4. Os preços totais parciais e globais serão arredondados até à segunda casa decimal.
- 10.5. Quando os preços sejam apresentados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.
- 10.6. A proposta deverá ser obrigatoriamente apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este ultimo poderes para o efeito, ou pública forma da mesma, devidamente legalizada.
- 10.7. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

11. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

11.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração, elaborada em conformidade com o **Documento Europeu Único de Contratação Pública** (DEUCP), nos termos dos n.ºs 1, alínea a) e n.º 6, ambos do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, em ANEXO I ao presente programa do concurso, disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, devendo ser preenchido de acordo com as informações aí constantes;
- b) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
- c) O documento deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandatos emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve o DEUCP ser assinado pelos respetivos representantes que tenham poderes para o obrigar;
- d) Lista de preços unitários conforme mapa de quantidades disponibilizado em plataforma eletrónica www.acingov.pt;
- e) Certidão do registo comercial do concorrente, atualizada com todas as inscrições em vigor, ou em alternativa indicação do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;

- f) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
- g) Declaração de Independência da Proposta, formulada nos termos do ANEXO V.
- h) Declaração de conflito de interesses, formulada nos termos do ANEXO VI.
- i) No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõem deverá apresentar os documentos referidos na última alínea do número anterior.
- j) No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta poderá ser acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.
- k) Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo n.º 66.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

A lista de preços unitários referida na alínea b) deverá ser a preenchida no formulário que consta da plataforma eletrónica. Independentemente dos arredondamentos que ocorram da importação/exportação do mapa de quantidades, os preços das propostas serão os resultante das listas de preços unitários que consta da plataforma eletrónica.

12. IDIOMA DA PROPOSTA

Todos os documentos deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

13. PROPOSTAS COM VARIANTES

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do art.º 59.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, nem são admitidas alterações e/ou derrogações de condições imperativas do Caderno de Encargos.

14. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas não serão objeto de negociação.

15. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela Entidade Adjudicante até ao termo do prazo fixado no presente programa do concurso.

15.2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica de contratação devem ser assinadas com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica

dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

15.3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem assegurando-lhes força probatória de documento assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas do art.º 57 e do art.º 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

15.4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

15.5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória de registo comercial devem apresentar a certidão de registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega da certidão de registo comercial.

15.6. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do *site* onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido *site* e o documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

15.7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta na plataforma eletrónica, pode a Entidade Adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

16. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a PROPOSTA devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública impreterivelmente até às **23h59m do 30.º dia** a contar da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, de acordo com o n.º 1, do artigo 136.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, conforme o n.º 3, do artigo 470º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

17. RETIRADA DA PROPOSTA

17.1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicar tal facto à Entidade Adjudicante através da plataforma eletrónica.

17.2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

18. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

De acordo com o artigo 65.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, o prazo da obrigação da manutenção das propostas será de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

19.1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

19.2. No presente procedimento a adjudicação será efetuada por lotes, nos termos do n.º 1, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

19.3. Caso o mesmo preço conste de mais de uma proposta, a diferenciação das propostas, para efeitos da sua hierarquização por mérito e subsequente adjudicação, efetuar-se-á por referência ao preço unitário mais baixo proposto para o primeiro artigo de cada lote. Se porventura, subsistir a igualdade relativamente ao referido preço unitário, seguir-se-á o segundo artigo de cada lote, e assim sucessivamente.

20. NÚMERO MÁXIMO DE LOTES

20.1 Nos termos do n.º 1 do presente programa de concurso, a presente prestação de serviços será dividida em 2 (dois) lotes, podendo os concorrentes apresentar proposta para qualquer número de lotes.

20.2. Caso um determinado concorrente possua a melhor proposta para vários lotes, a adjudicação efetuar-se-á pela seguinte ordenação:

Ordem dos Lotes	Lotes
1.º	Lote 1
2.º	Lote 2

20.3 Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, a adjudicação será sempre efetuada separadamente, por lotes e, no máximo, até 1 (um) lote por concorrente, salvo se, mesmo atingindo esse número máximo de lotes, tal(ais) concorrente(s) tenha(m) sido o(s) único(s) a apresentar proposta(s) para qualquer dos lotes remanescentes.

21. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO

Considerar-se-á um preço ou custo anormalmente baixo, o obtido tendo em conta o desvio percentual de 30% abaixo da média do preços das propostas a admitir, nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

22. VISTORIA AOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

22.1. Os interessados poderão, a expensas suas e sob a sua responsabilidade, realizar uma visita às áreas a intervir, identificados no mapa (Anexo I) ao caderno de encargos, e confirmar no terreno os dados e elementos disponibilizados pela Entidade Adjudicante, em anexo ao caderno de encargos.

22.2. As visitas realizam-se, integralmente, até ao 10º dia após a disponibilização do programa do concurso na plataforma eletrónica.

22.3. Os interessados devem solicitar a realização de visita, mediante requerimento a apresentar na plataforma eletrónica, através do canal mensagem, obtendo indicação da data, hora e local, bem como do nome e contactos da pessoa designada para os acompanhar durante a visita aos locais, no dia subsequente ao do pedido.

22.4. Os concorrentes não podem, em caso algum, invocar o desconhecimento das áreas a intervencionar ou imputar qualquer responsabilidade a esse título à entidade adjudicante.

23. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

23.1. São excluídas as propostas que apresentem algum ou alguns dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

23.2. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração apenas os documentos exigidos no presente programa de concurso. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e programa do concurso.

24. CAUÇÃO

24.1 - O adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

24.2 - A caução referida no número anterior deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante do Anexo III do presente programa do concurso;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo IV do presente programa do concurso.

25. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

25.1. Documentos a apresentar

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante no ANEXO II, referido na alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1, do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação;
- c) Certidão do Registo Comercial;
- d) Declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) devidamente atualizado ou, indicação do código de acesso.
- e) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, a certificação nos termos da Lei.

25.2. Se algum dos fornecedores selecionados for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas do número anterior devem ser apresentados por todos os seus membros, sendo igualmente necessário que todos os membros detenham licença para prestação de serviços de seguros.

25.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

26. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

26.1. O concorrente adjudicatário deverá apresentar reprodução dos documentos de habilitação, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, diretamente na plataforma de contratação, no prazo de **10 (dez) dias** após a data de notificação da decisão de adjudicação.

26.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de **5 (cinco) dias**, destinado ao suprimento, conforme o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

27. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

27.1. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

27.2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

28. CONTAGEM DOS PRAZOS

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente programa do concurso, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

29. PREÇO BASE DO CONTRATO

De acordo com o estipulado no caderno de encargos, o preço base para o prazo de vigência do contrato não pode, em qualquer caso, ser superior a **967.206,19 (novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e seis euros e dezanove cêntimos)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

30. ENCARGOS DOS CONCORRENTES E DO ADJUDICATÁRIO

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o estabelecido no caderno de encargos o preço base do lote 1 é de 500.977,65€ e do lote 2 é 466.228,54€, sendo o prazo de execução de 6 (seis) meses.

A classificação do vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de Março de 2008, é "77231000-8 Serviços de gestão florestal", para o presente contrato.

32. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O procedimento é regulado pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação e demais legislação complementar aplicável.



Município de Vouzela
Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela
telf. 232 70 740 / fax. 232 771 513
GERAL@CM-VOUZELA.PT

O Município de Vouzela reserva o direito de não adjudicar o presente contrato caso na data consagrada para o efeito se verifique a inexistência de Fundos Disponíveis que permitam a realização da respetiva despesa, conforme determina a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).

Vouzela, outubro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr.º **Carlos** Alberto Santos **Oliveira**)



Município de Vouzela
Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela
telf. 232 70 740 / fax. 232 771 513
GERAL@CM-VOUZELA.PT

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

[nos termos dos n.ºs 1, alínea a) e n.º 6, ambos do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação]

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos,
na sua atual redação]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de guia de depósito bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO IV

Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo (s) garantido (s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.os 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO V

Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) .. (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que no âmbito do aludido procedimento inexistiu qualquer tipo de comunicação e/ou de relação direta ou indireta tida entre a sua representada (2) e as suas concorrentes na apresentação de proposta, tendo por objeto ou efeito, práticas restritivas da concorrência, por conluio ou concertação entre empresas, em infração ao regime jurídico da concorrência nacional (artigo 9.º da Lei nº 19/2012 de 8 de maio), “Lei da Concorrência”) e europeu (artigos 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, “TFEU”).

O candidato declara estar consciente e informado de que a violação do artigo 9.º da Lei da concorrência e, se aplicável, do artigo 101.º do TFEU, por acordos ou práticas concertadas entre empresas que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência, constitui contraordenação punível com coima i) às empresas infratoras, até 10% do seu volume de negócios total e ii) aos respetivos administradores e gestores, até 10% da sua remuneração anual, assim como, sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei da Concorrência, que preveem, entre outras, a possibilidade de “privação do direito de participar em procedimentos de formação de contratos” durante um período máximo de dois anos (artigos 67.º e seguintes da Lei da Concorrência)

Mais declara que, não apresenta qualquer especial relacionamento com as suas concorrentes na apresentação de proposta, nomeadamente, a partilha com aquelas, ainda que apenas parcialmente, de representantes legais ou sócios, ou a existência quanto às mesmas da relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, estando consciente e informado de que a sua participação, encontrando-se em alguma das situações previstas no artigo 113.º ou no n.º 2 do artigo 114.º do CCP, no momento da apresentação da respetiva proposta, da adjudicação ou da celebração do contrato, constitui contraordenação muito grave punível com coima, nos termos do artigo 456.º do CCP.

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ANEXO VI

Declaração de conflito de Interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

b) Não detém qualquer participação social ou interesses nas associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

c) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com o exercício das atribuições e competências da entidade adjudicante e que possa originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

d) Se ao longo da prestação dos serviços / do fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, compromete-se a informar a entidade adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação;

e) Não existe conflito de interesse com os demais concorrentes do presente procedimento, ou com familiares destes, que ponha em causa a sua garantia de independência;

f) Não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias / no fornecimento dos bens (selecionar consoante o tipo de contrato) necessários à boa execução do contrato;

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»